

# CHEGAR AO ZERO

Como podemos ser a geração que erradicará a pobreza

## RESUMO EXECUTIVO

Os Objetivos do Milênio (ODM), desde a sua implantação em 2002, ajudaram a estimular as taxas de progresso da redução de pobreza e desenvolvimento humano de uma forma sem precedentes. O número de pessoas no mundo que vive em situação de pobreza absoluta (inferior a US\$1,25 ao dia) caiu pela metade entre 1990 e 2010. A mortalidade infantil caiu em 41%, sendo que 14.000 menos crianças morreram por dia em 1990. O número de crianças sem acesso à educação caiu pela metade desde 2000.<sup>1</sup>

Agora estamos em um momento crítico da história do desenvolvimento humano. Erradicar a extrema pobreza está ao nosso alcance. O processo em andamento para definir o marco de desenvolvimento pós-2015, que substituirá os ODM, oferece uma oportunidade única para que possamos abraçar esta visão e transformá-la em realidade.

Sendo assim, é essencial que o marco de desenvolvimento global posterior aos ODM seja ousado e ambicioso, capaz de motivar as ações sustentáveis e transformadoras necessárias para erradicar a pobreza extrema e para garantir os direitos de todas as crianças. É neste espírito que a *Save the Children* está propondo vários “objetivos zero” para o marco pós-2015, para completar o trabalho iniciado pelos ODM, para erradicar

dimensões específicas de pobreza. Inicialmente, apresentamos os objetivos zero no documento *Ending Poverty in Our Generation*, um relatório que determina a visão para o marco pós-2015.<sup>2</sup> Os objetivos pretendem atingir:

- o fim da pobreza de rendimentos em níveis inferiores a US\$ 1,25 e US\$ 2 ao dia
- o fim da mortalidade infantil e materna evitável, com nenhuma morte materna ou infantil por doenças facilmente tratáveis ou por falta de acesso a bons serviços de saúde
- o fim da fome
- o fim da falta de acesso a água potável e ao saneamento
- o fim das crianças sem acesso à educação ou que abandonam os estudos sem completá-los.

Embora esteja surgindo um consenso de que objetivo zero da pobreza de rendimentos deva ser incluído no marco pós-2015 por ser exequível, pelo menos no nível de US\$ 1,25 ao dia, os outros objetivos zero foram questionados (ou seja, objetivos a serem atingidos em 100%) em relação à erradicação de dimensões críticas de pobreza.

Este relatório visa contribuir com este debate importante argumentando que, contanto que determinadas condições existam, a maioria destes objetivos zero pode ser alcançada até 2030. Para alcançá-los, entretanto, os governos devem se comprometer a resolver o problema da desigualdade



**Save the Children**

de renda e melhorar a governança. Além disso, será necessário concentrar esforços para expandir os principais programas de redução de pobreza para que cheguem até os grupos mais pobres e mais marginalizados, principalmente na região da África Subsaariana, em áreas de conflito e em estados frágeis.

O objetivo da pesquisa apresentada neste relatório é projetar taxas futuras de mudança de várias dimensões de pobreza para ver se os objetivos zero podem realmente ser alcançados com base nas trajetórias “das atividades atuais”. Caso contrário, queríamos avaliar se as melhorias mais abrangentes na distribuição de renda e na qualidade da governança ajudariam a aproximar a curva do zero. Para tal, projetamos as tendências globais atuais das taxas de mortalidade infantil, acesso à água potável e ao saneamento até 2030, assim como o acesso à educação em três níveis de desigualdade e os cenários de governança: “atividades atuais”, “melhorar a desigualdade de renda” e “melhorar a desigualdade de renda e a qualidade da governança”.

Descobrimos que se as tendências atuais da desigualdade de renda continuarem e se a qualidade da governança permanecer igual, é improvável que veremos a realização dos objetivos zero até 2030, ainda que haja um forte crescimento econômico. Mas isso muda de forma dramática se houver a redução da desigualdade de renda para os níveis mais baixos jamais vistos em todos os países, nos últimos 30 anos, e se houver melhoria na governança. Neste cenário, os níveis de pobreza cairão de 1 até 6 pontos percentuais de zero em todas as áreas de foco.

Descobrimos que, até 2030, poderemos:

- reduzir a mortalidade infantil para 20 de 1.000 nascimentos (nosso limite proposto para mortes evitáveis), ou seja, 1,8 milhões vidas de crianças por ano.<sup>3</sup>
- garantir que 99% da população mundial tenha acesso a água tratada, ou seja, o equivalente a praticamente 280 milhões de pessoas dentro das condições das “atividades atuais”.
- aumentar a cobertura do saneamento para 94%, chegando a 920 milhões de pessoas no cenário das “atividades atuais”.
- garantir que 98% das crianças que iniciem a escola primária completem o ensino fundamental.

Portanto, se os governos fizerem as mudanças necessárias na desigualdade de renda e na governança, dentro dos cenários projetados, a batalha para chegar a zero estará praticamente ganha. **Contudo, nossa avaliação mostra que todos os países podem atingir os objetivos**

**zero se – além de efetuarem as mudanças necessárias na desigualdade de renda e na governança – trabalharem com parceiros de desenvolvimento para ampliarem os programas de redução da pobreza. Estes programas fazem uma grande diferença nas vidas dos grupos mais pobres e mais marginalizados.**

Obviamente, algumas regiões, alguns países e algumas populações foram mais longe do que outras. Nossas projeções mostram que, embora as taxas de progresso da América Latina, do Caribe e do Sul da Ásia sejam equivalentes ou superiores às médias globais nos nossos cenários, muitos países na África Subsaariana provavelmente continuarão carregando um fardo desproporcional da pobreza multidimensional global. Os países que vivem ou acabaram de sair de situação de conflito provavelmente terão mais dificuldade do que outros de atingir o objetivo zero do marco pós-2015. A resolução e prevenção de conflitos são essenciais para a eliminação da pobreza.

Entretanto, nenhum país ou grupo marginalizado deve ser excluído dos objetivos zero. O marco pós-2015 não deve estabelecer metas altas para que os países que enfrentam os piores problemas acabem falhando. Ele deve defini-las para ter sucesso, garantindo que tenham acesso a parcerias eficientes de desenvolvimento que os ajudem a conseguir os recursos técnicos e financeiros necessários para erradicar a pobreza de uma vez por todas.

As projeções que apresentamos neste relatório são ilustrativas. Elas incorporam apenas alguns motivadores de mudança mais abrangentes, excluindo fatores que afetam as taxas de pobreza no nível local e intermediário, como o acesso a tratamentos médicos específicos, serviços públicos, urbanização e padrões migratórios. Também não queremos fazer uma previsão dos fatores prejudiciais ou dos aceleradores da pobreza, como o conflito, a mudança tecnológica e os choques econômicos. Uma área importante que excluímos da análise, em função da falta de indicadores e de dados, foi a sustentabilidade ambiental. Embora reconheçamos que para atingir os objetivos zero e para mantê-los, isso dependerá da busca de formas de desenvolvimento que respeitem os limites do planeta e lidem com a mudança climática.

Embora nossa análise não consiga criar uma imagem precisa do futuro, ela sugere que atuar na desigualdade social e na melhoria da governança – junto com a ampliação dos programas de redução de pobreza para chegar aos grupos mais pobres e

mais marginalizados – será essencial para erradicar as dimensões críticas da pobreza em uma geração. Isso não será fácil, exigirá coragem e liderança política forte para corrigir o curso atual de mudança, guiando o mundo para um caminho mais direto, justo e sustentável para erradicação da pobreza. Isso não acontecerá sem o apoio da comunidade internacional para a liderança nacional. Atingir os objetivos zero em várias dimensões de pobreza extrema é um compromisso comum, que deve ser estabelecido em nível global, sendo que todos os países devem assumir este compromisso.

O marco pós-2015 desempenha um papel fundamental para impulsionar este curso de correção, articulando-o por meio dos objetivos e das metas, com a ideia fundamental de que podemos ser a geração que eliminará a pobreza extrema. O processo de definição do novo marco, por sua vez, oferece uma oportunidade que não podemos perder. É uma chance de inspirar uma geração e de galvanizar a comunidade internacional para que ela abrace a visão do fim das dimensões críticas de pobreza de uma vez por todas, e, por meio dos objetivos zero, transforme essa visão em realidade.

Os estados-membros da ONU devem garantir que o marco pós-2015 seja estruturado para atingir os seguintes objetivos:

- **Colocar os objetivos zero no centro do marco pós-2015 para que finalizem o trabalho iniciados pelos ODM.** Eles devem incluir objetivos para:
  - erradicar a extrema pobreza de rendimentos em níveis abaixo de US\$1,25 e US\$2 ao dia, reduzindo a pobreza relativa
  - erradicar a fome e garantir acesso universal a alimentos sustentáveis, água e saneamento
  - erradicar a mortalidade evitável infantil e materna, oferecendo saúde universal para todos
  - garantir que todas as crianças recebam uma educação de boa qualidade e tenham bons resultados de aprendizado
  - garantir que todas as crianças vivam livres de todas as formas de violência, sejam protegidas durante os conflitos e atinjam seu potencial em um ambiente familiar seguro
  - ofereçam energia sustentável para todos.
- **A incorporação da missão para lidar com a desigualdade em todos os aspectos do novo marco.** Deve incluir objetivos para disseminar a formulação de políticas em prol dos pobres e lidar com a discriminação, sendo que os indicadores devem monitorar a redução na desigualdade de

renda entre os 10% superiores e os 40% inferiores, além de ter taxas diferenciadas de progresso entre grupos privilegiados e desprivilegiados em todos os objetivos. Conforme a recomendação do Painel de Alto Nível sobre o objetivo de desenvolvimento pós-2015, nenhum objetivo deve ser considerado como alcançado, a menos que seja alcançado para os grupos mais pobres e mais marginalizados da sociedade. As taxas de progresso devem ser publicadas como parte do processo de divulgação, sob a égide do novo marco, para monitorar a mudança e celebrar o sucesso.

- **A inclusão de um objetivo independente para promover um governo aberto, inclusivo e responsável,** com objetivos para melhorar a transparência, a participação, as liberdades civis, o governo da lei, os esforços contra a corrupção e a provisão de serviço público eficiente. O espaço político e jurídico para a operação livre e independente da sociedade civil deve ser preservado.
- **A implantação de sistemas para a coleta de dados confiáveis, comparáveis e desagregados.** As melhorias devem ser realizadas na cobertura, qualidade, transparência e regularidade da coleta de dados, desagregando todos os dados por rendimento, sexo, etnia, religião, rural, urbano, regional, idade e grupos de deficiência.
- **A garantia da disponibilidade de financiamento para erradicar completamente a pobreza extrema multidimensional,** inclusive por meio da mobilização de recursos domésticos e pelo compromisso de doadores para que cumpram com os objetivos oficiais de assistência de desenvolvimento. Também é necessário que haja um compromisso por parte da comunidade internacional para melhorar a eficiência e lidar com os fluxos financeiros ilícitos, bem como outras fraquezas no sistema financeiro internacional que roubam recursos vitais dos países em desenvolvimento.
- **A garantia do compromisso de todos os parceiros de desenvolvimento para fazer o que for necessário para dar seguimento ao desenvolvimento sustentável e atingir o objetivo zero de pobreza extrema multidimensional,** inclusive por meio de coesão política para o desenvolvimento, o trabalho para a sustentabilidade ambiental e lidar com a mudança climática.

## NOTAS DE RODAPÉ

<sup>1</sup> Estatísticas da ONU (2013a) *Relatório Objetivos do Milênio*, Nova York: ONU.

<sup>2</sup> Save the Children (2012a) *Ending Poverty in Our Generation: Save the Children's vision for a post-2015 framework*, Save the Children

<sup>3</sup> O *Child Survival Call to Action* (Pedido da Ação para Sobrevivência Infantil, em tradução livre, CSCA, na sigla em inglês), é uma coalizão global de governos envolvendo vários atores, agências multilaterais, representantes de empresas e representantes da sociedade civil que se comprometeram a reduzir as taxas de mortalidade infantil para, pelo menos, 20 por 1.000, em todos os países, até 2035 (Glass et al, 2012). A referência de 20 por 1.000 foi informada pela ferramenta *Lives Saved Tool* (LiST) da *Johns Hopkins Bloomberg School of Public Health*. Esta pesquisa mostra que é possível atingir 20 por 1.000 se os tratamentos de saúde relevantes, como antibióticos para o tratamento de pneumonia, estiverem disponível para uma população mais abrangente. Nossas projeções empregam uma abordagem diferente à da CSCA e não podem ser diretamente comparadas. Entretanto, é provável que as mudanças na desigualdade e na governança apresentadas nos cenários projetados também levem à expansão da cobertura dos tratamentos de saúde. Por exemplo, a redução da desigualdade de renda pode fazer com que uma comunidade pobre tenha mais renda disponível para comprar

medicamentos, assim como a melhoria da governança pode melhorar ainda mais o serviço de saúde. Nossos cenários também incorporam mudanças adicionais que não foram incluídas na pesquisa do CSCA, por exemplo, o aumento da renda disponível possibilitaria que os pobres viajassem para locais mais distantes para ter acesso a tratamento de saúde, ou ainda, a melhoria na habilidade das comunidades pobres cobrarem os governos locais pela melhoria e provisão dos serviços públicos. O cenário reverso também é verdadeiro: as projeções do CSCA poderiam incorporar mudanças que nossos cenários não incorporam, por exemplo, pressupondo que os recursos adicionais sejam implantados no sistema por doadores e por outros parceiros para aumentar a provisão das intervenções essenciais. Embora não seja diretamente comparável, acreditamos que os nossos resultados complementam o trabalho do CSCA e, juntos, os dois trabalhos de pesquisa indicam que o objetivo de 20 mortes infantis por 1.000 nascimentos pode ser alcançado em todos os países até 2030.

<sup>4</sup> O Painel de Alto Nível, formado por eminências, foi nomeado pelo Secretário-Geral da ONU em julho de 2012 para fazer recomendações sobre os objetivos de desenvolvimento pós-2015. O painel que é composto de líderes da sociedade civil, representantes de empresas e representantes do governo enviou o relatório em maio de 2013, intitulado *A New Global Partnership: Eradicate poverty and transform economies through sustainable development*, ONU, [www.post2015hlp.org/about/](http://www.post2015hlp.org/about/)

**A Save the Children trabalha em mais de 120 países.  
Salvamos a vida das crianças. Lutamos pelos seus direitos.  
Ajudamos as crianças a desenvolverem o seu potencial.**

Save the Children  
1 St John's Lane  
Londres EC1M 4AR  
Tel: +44 (0)20 7012 6400  
Fax: +44 (0)20 7012 6963

© The Save the Children Fund 2013

O Save the Children Fund é uma instituição de beneficência registrada em Inglaterra e País de Gales (213890) e na Escócia (SC039570). Sociedade registrada sob número 178159

[savethechildren.org.uk](http://savethechildren.org.uk)



**Save the Children**